



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual de Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 082/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Secretaria Estadual de Educação, número SIC em epígrafe, sobre período de tempo trabalhado, faltas, afastamentos e licenças dos professores da Rede Pública, de 2007 a 2014, com o código do docente usado nas bases de dados do INEP.
2. O órgão explicou que sua base de dados não possibilita o levantamento das informações com as especificidades e abrangência constantes no pedido, mantendo a resposta em Recurso de sua alçada, ensejando, assim, o apelo de competência desta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Primeiramente, cabe ressaltar a responsabilidade do órgão demandado quanto à avaliação da disponibilidade das informações requeridas, bem como em relação à forma de armazenamento e organização dos dados sob seu controle.
4. Atente-se que, mesmo não se encontrando as informações pretendidas disponíveis nos moldes solicitados, persiste a obrigação subsidiária de conceder acesso à informação primária, entendida como aquela coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, conforme definição do artigo 4º, inciso IX, da Lei nº 12.527/2011.
5. No caso em apreço, segundo o Portal Governo Aberto (www.governoaberto.sp.gov.br), a Secretaria da Educação conta com base de dados denominada “Boletim de Frequência” (BFE), que reúne informações sobre o “controle da frequência dos servidores das escolas, Diretorias de Ensino e Órgãos Centrais da Secretaria da Educação, gerando mensalmente informações para a Secretaria da Fazenda, para o pagamento dos respectivos salários”. Cumpre verificar, portanto, se é possível oferecer meios para que a própria interessada realize a pesquisa junto ao referido repositório oficial de dados estaduais, conforme prescreve o artigo 11, §3º, da Lei.
6. Diante do exposto, havendo hipótese legalmente prevista de acesso a informações públicas ainda não considerada, **conheço do recurso**, por tempestiva apresentação,

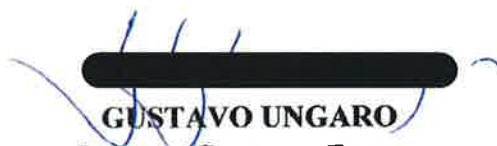


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

para no mérito, **dar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §3º, da Lei, e conforme o artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, devendo a Secretaria da Educação, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 9 de maio de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO